



## Peticionamento Intermediário - Primeiro Grau



### Atenção

- Prezado FÁBIO POMPEU PEQUENO JÚNIOR, todos documentos foram assinados e protocolados com sucesso. O processo foi protocolado com o número **WEB1.20.01587367-6** em **30/11/2020 12:48:17**.
- Não foi possível enviar o e-mail de confirmação. Se necessário, você pode consultar o serviço "Caixa Postal" para conferência.

### Orientações

- Após a sua petição ser recebida e encaminhada pelo Tribunal, será possível acompanhar o andamento do processo através da **Consulta de Processos Online** existente no portal.

### Peticionante

Nome : FÁBIO POMPEU PEQUENO JÚNIOR

### Protocolo

Foro : Fortaleza - Fórum Clóvis Beviláqua  
Processo : 0161140-37.2019.8.06.0001  
Protocolo : WEB1.20.01587367-6  
Tipo da petição : Petições Intermediárias Diversas  
Assunto principal : Seguro  
Data/Hora : 30/11/2020 12:48:17

### Partes

Solicitante : Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT

### Documentos Protocolados

Petição\* : 2649699\_IMPUGNACAO\_AO\_LAUDO\_PERICIAL\_02 - 1-2.pdf

### Downloads

Anexar documentos : [Realizar download dos documentos da petição](#)  
Recibo : [Realizar download do recibo](#)



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 30ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA/CE**

**Processo: 01611403720198060001**

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ZACARIAS CARLOS**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.<sup>a</sup>, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

#### **DO LAUDO PERICIAL**

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente.

Nesse sentido, foi nomeado perito por esse d. juízo, e posteriormente as partes intimadas a apresentaram quesitos, a fim de se verificar qual o grau da suposta Invalidez da parte autora.

Sendo assim, na hipótese de condenação, o valor indenizatório deverá respeitar a tabela inserida na Lei 11.945/09, devendo ainda ser observado o pagamento administrativo realizado na monta de R\$ 1.687,50 (um mil e seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

#### **DESCABIMENTO DE RENOVAÇÃO DE PLEITO INDENIZATÓRIO**

##### **LESÃO PREEXISTENTE**

Inicialmente, deve-se sopesar o fato da parte autora ter pleiteado judicialmente verba indenizatória DPVAT, cujo processo tramitou na **2ª VARA CÍVEL DE FORTALEZA**, sendo autuado sob o **nº. 0057579-46.2009.8.06..0001**, em virtude de acidente automobilístico ocorrido em **05/02/2008**.

Frisa-se que a parte autora requereu o recebimento do Seguro Obrigatório DPVAT nos autos da ação supracitada em decorrência de lesões no MEMBRO INFERIOR DIREITO, ou seja, o requerente sustenta seu pleito indenizatório em lesão idêntica a que fora recebida anteriormente.

Nos autos dessa ação, foi celebrado acordo no valor de R\$ 6.986,15 (seis mil novecentos e oitenta e seis reais e quinze centavos). Destaca-se ainda que o autor já havia recebido administrativamente para o sinistro em questão R\$ 1.080,00 (um mil e oitenta reais).

Assim, o autor recebeu pela lesão no MEMBRO INFERIOR DIREITO, decorrente do acidente de 05/02/20108, o total de R\$ 9.299,00 (nove mil, duzentos e noventa e nove reais).

**Deste modo, é irrefragável que a presente lide tem o mesmo pedido de outra ação que teve o mérito julgado, uma vez que a parte autora o perito gradual a lesão atual em 50% de MEMBRO INFERIOR DIREITO.**

Diante do exposto, a improcedência do pedido é a medida que se impõe.

Contudo, caso Vossa Excelência não compartilhe desse entendimento, requer que seja levada em consideração o LMI além de R\$ 13.500,00. Não há que se falar em recebimento de indenização em grau total, sem atentar-se que o autor já recebeu conforme Lei 11.945/09, ou seja, nos casos de invalidez permanente TOTAL a vítima receberá o montante de até R\$ 13.500,00, não existindo a possibilidade de receber além desse valor alegando novo sinistro e nova lesão, o que levaria a parte autora a beneficiar-se economicamente as expensas da ré e sob o manto do Poder Judiciário, não podendo receber além do limite máximo indenizável.

**Sendo assim, não há que se falar em hipótese de condenação devido ao valor indenizatório ultrapassar o valor de R\$ 13.500,00, devendo ainda ser observado que o autor já recebeu a monta de R\$ 10.986,50, eis que o autor já recebeu pelo sinistro de 05/02/2008 o montante de R\$ 9.299,00 e pelo sinistro atual, recebeu administrativamente R\$ 1.687,50, totalizando R\$ 10.986,50.**

Destarte, requer que o N. Magistrado caso acolha o descrito no laudo apresentado pelo expert, respeite o limite máximo indenizável de R\$ 13.500,00.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

FORTALEZA, 13 de novembro de 2020.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/CE 27954-A**

**FABIO POMPEU PEQUENO JUNIOR**  
**14752 - OAB/CE**